

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2014

(da Sra. Janete Capiberibe)

Requer a realização do 11º Seminário LGBT com a finalidade de debater e dialogar com a sociedade civil organizada e com o Governo Federal temas relacionados às DST/HIV/AIDS.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização do 11º Seminário LGBT do Congresso Nacional, no âmbito desta Comissão Permanente, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, com a finalidade de debater e dialogar com a sociedade civil organizada e com o Governo Federal temas relacionados às DST/HIV/AIDS.

O Seminário deverá ser realizado no dia 14 maio de 2014, em plenário a ser designado, das 9 às 18 horas e contará com a participação de representantes do Governo Federal, da sociedade civil e de especialistas em Saúde, Direito, Educação, Sexualidade, Psicologia e Cultura.

Para a realização do Seminário, deverão ser convidados:

- a) Ministro de Estado da Saúde;
- b) Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- c) Ministro de Estado da Educação;
- d) Representante da Organização Internacional do Trabalho – OIT;
- e) Representante da Organização Pan-americana da Saúde – OPAS
- f) Dr. Drauzio Varella, médico oncologista, cientista e escritor;
- g) Eduardo Luiz Barbosa, pesquisador.

JUSTIFICATIVA

O enfrentamento das DST/HIV/AIDS passa, necessariamente, pela luta dos Direitos Humanos e dignidade da pessoa humana. O estigma e a discriminação constituem sérios obstáculos à promoção do acesso universal à prevenção e ao tratamento. Além disso, muitas vezes a discriminação em razão do HIV/AIDS é somada a outras discriminações, acentuando o impacto da doença nas pessoas vivendo com ela, bem como de seus familiares e cuidadores.

Segundo dados do Ministério da Saúde, divulgados no boletim epidemiológico Ano II – nº 01 de 2013, foram notificados 39.185 casos de AIDS no Brasil em 2012, valor que se mantém estável nos últimos cinco anos. A taxa de detecção de AIDS sofreu uma elevação de cerca de 2% nos últimos dez anos, porem distribuída de forma diversa pelo país.

Outro fator importante é a tendência de aumento da prevalência da infecção pelo HIV na população jovem, fato que se apresenta também no contexto mundial. O aumento dos casos em grupos específicos, como o de jovens homossexuais, travestis e mulheres de 13 a 19 anos é motivo de preocupação. Em alguns casos, a chance de um jovem gay estar infectado pelo HIV é 13 vezes maior em comparação a jovens heterossexuais.

Ainda nesta faixa etária, as mulheres ultrapassaram os homens em número de novos casos, um fenômeno inédito e alarmante. Já na faixa etária acima de 50 anos, a taxa de incidência de AIDS em mulheres aumentou quase 76% entre 1998 e 2010, enquanto nos homens o aumento foi de menos de 23% no mesmo período.

No Brasil há cerca de 718 mil pessoas vivendo com o HIV. Destas, 150 mil não sabem de sua sorologia. Os esforços atuais para o controle da epidemia no Brasil passam pelo diagnóstico precoce da infecção e no tratamento das pessoas vivendo com HIV e AIDS, bem como na implementação de estratégias combinadas de prevenção para toda a população. Pensando nisso, a campanha de 2013 do Ministério da Saúde para o Dia Mundial de Luta Contra a AIDS teve como lema o incentivo ao diagnóstico precoce da doença. Apesar da pasta comemorar a estabilidade da AIDS no Brasil, 39 mil novos casos são registrados por ano.

Este enfrentamento reúne um leque de temas convergentes que vão da saúde à educação sexual e à diversidade sexual reprodutiva, além da laicidade do Estado. Com o crescimento do fundamentalismo religioso, campanhas de prevenção e redução de riscos empreendidas pelo Governo Federal foram canceladas ou reduzidas após a manifestação contrária das bancadas religiosas. Uma pesquisa publicada pela ONU concluiu que as leis punitivas e as práticas discriminatórias de muitos países prejudicam o progresso contra o HIV, práticas também experimentadas em nosso próprio país.

Por exemplo, leis e costumes que criminalizam e desumanizam as populações com maior risco de contágio de HIV – incluindo homens que mantêm relações sexuais com outros homens, trabalhadores do sexo, transexuais e usuários de drogas injetáveis – empurram as pessoas para a clandestinidade, afastando-as de serviços de saúde essenciais, aumentando assim o risco de contágio pelo HIV. Da mesma forma como leis e costumes legalmente tolerados, que aprofundam as desigualdades entre gêneros, também aumentam a vulnerabilidade de mulheres e meninas ao HIV.

“As leis que proíbem a discriminação e a violência e que protegem as populações de maior risco são poderosas ferramentas de baixo

custo, que asseguram que os investimentos para o HIV não sejam desperdiçados. Sem dúvida, impor essas leis é complexo e um desafio político, mas o nosso relatório mostra que isso pode e deve ser feito”, afirma o ex-presidente do Botsuana, Festus Mogae, membro da comissão da ONU responsável pela pesquisa.

Discutir tais políticas públicas não se resume à questão LGBT, mas afeta tanto homossexuais, heterossexuais e transexuais de igual forma. O Seminário LGBT do Congresso Nacional é uma atividade democrática que há dez anos garante espaço para as discussões e reivindicações políticas que perpassam também a questão da saúde pública. Em anos anteriores, este seminário discutiu a importância da tolerância religiosa e o respeito à liberdade de crença e de não crença, além de também discutir os papéis de gênero na infância, o *bullying* e evasão escolar, um problema grave que também não se limita ao público LGBT, mas que o afeta de forma especial.

O objetivo deste 11º Seminário é, portanto, apontar caminhos para esse enfrentamento de forma que todos os temas pertinentes sejam abordados e levados em consideração na promoção dos direitos humanos e da dignidade de pessoas vivendo com as DST/HIV/AIDS.

A AIDS é um ponto de interseção entre várias questões que são caras à Câmara dos Deputados, entre eles a saúde da mulher, do homem, da população carcerária e dos jovens LGBTs, entre outros temas que estão diretamente ligados aos propósitos desta Comissão. Sendo esta uma Comissão de Legislação Participativa, ela não poderia ficar de fora da construção e realização deste Seminário.

Sala da Comissão, de março de 2014.

Janete Capiberibe – PSB /AP